

Painel 3 – Cadeia de Suprimento do Ouro: da Mineração à Exportação

Gilson Camboim - Organização da Cooperativas do Brasil

Ocorre as vezes nas áreas indígenas que a gente vê em áreas proibitivas, aquilo lá não é garimpo, nunca foi, e nem é mineração e nunca foi. Aquilo se trata de extração ilegal. Que é um crime, a extração lá não é permitida por lei, lá é um crime, e aí segue os rigores da lei nessa questão. Então, daqui para frente, tudo o que eu for tratar, eu estou me referindo à atividade garimpeira, que tem título minerário, licença ambiental, que cumpre normas, que tem exigência e tem procedência.

Bom, vou usar a Coogavepe como exemplo, mas eu posso dizer, afirmar e colocar para vocês que dezenas de outras cooperativas têm boas práticas assim como a Coogavepe. A Coogavepe a história dela de sustentabilidade não começa nos dias atuais, desde 2016 nós temos o prêmio do Cooperativismo chamado SomosCoop e ela foi uma das premiadas em sustentabilidade que é onde começa a o pilar para quem está trabalhando com a parte da administração mineral.

O mercúrio que é um dos vilões da minha atividade, a gente sofre alguns problemas para poder ter a parte de eliminá-lo porque ele é prático, ele é ágil, ele tem custo-benefício, ele é eficiente e ele é reciclável. Mas estamos trabalhando em diversas outras tecnologias, como é o caso da nanopartícula, processo mecânico, processo com vegetal e até mesmo quem utiliza atende o protocolo internacional de Minamata. Mas aí tem uma questão, a gente tá com um projeto Ouro Sem Mercúrio que é um projeto do próprio ministério aqui de minas e energia e isso já está sendo feito para poder trabalhar todas essas tecnologias e avançar cada vez mais. Aqui é uma das questões que a Coogavepe abraçou para a parte da eliminação do mercúrio, atualmente a gente vem trabalhando em algumas frentes de lavra com o uso da mesa vibratória e várias outras com as calhas concentradoras e posteriormente fazendo o resumo. E aí a tem aquele questionamento, é possível eliminar o mercúrio? Sim, é possível eliminar. Então tem trabalho a ser feito na parte de cultura, de educação, de capacitação, de orientação, não é muito simples fazer essa mudança radical, mas é possível sim a gente conseguir eliminar. Tivemos a visita do pessoal da febre do ouro lá em viram que nós conseguimos trabalhar e resumir sem o uso do mercúrio.

Onde funciona hoje a questão das recuperações de área? A Cooperativa ela promove a atuação de mudas, cerca de 60% das mudas estão destinadas, isso daqui é nosso viveiro próprio, tá? Desde a criação da Coogavepe foram produzidas mais de um milhão de mudas. Então, em questão do nosso viveiro próprio nos últimos dois anos, 60% das mudas estão destinadas à recuperação de áreas promovidas pelos nossos cooperados, os outros 40% a gente tem destinado à sociedade, à população, à agricultura familiar e diversas outras entidades. Esse é o nosso viveiro e aí a nossa capacidade de produção em torno de 25 mil mudas por safra.

As áreas como que elas são recuperadas? Você faz o nivelamento do solo, você compõe o material orgânico e em seguida você já pode fazer a cobertura. A gente tem esse outro exemplo que mostra, às vezes, o impacto visual da área aberta de fato, ele é forte, mas nós estamos falando de uma área que você só trabalha com os próprios recursos naturais lá, é a água e o próprio cascalho onde está o ouro, desde o nivelamento. E aí algumas das áreas ainda aproveita para bebedor do gado, entre outras utilidades.

E uma cooperativa é composta pela população local daquelas regiões, e cooperativa é feita para cuidar de pessoas, com a Coogavepe e as cooperativas minerais não é diferente. Então a gente tem dezenas de projetos que vai desde você trabalhar a parte na questão das escolas, nas capacitações, nas orientações técnicas dos cooperados, parceria com outras cooperativas, projeto de saúde como lar dos idosos, limpeza de rio mobilizando várias entidades, então, facilmente vocês veem essas ações nas nossas redes sociais, nas redes sociais das nossas cooperativas.

A gente tem diversos trabalhos. Tivemos aí a cartilha do PLD, que teve aquela resolução, essa questão do PLD, foi um dos trabalhos que a gente fez com os nossos cooperados. Essa cartilha que vocês estão vendo ali foi uma iniciativa de um escritor da nossa região que estava construindo educação financeira para as crianças e a cooperativa entrou junto com ele na segunda edição que são essas três capivarinhas. O propósito dessa primeira edição é mostrar que para você fazer uma extração mineral você precisa primeiramente cuidar da parte da legalização e a extração tem critérios a ser seguido, recuperação e tudo mais. Em seguida a próxima cartilha que já está em planejamento, ela já começa a trazer a parte do planejamento financeiro, porque você tem uma atividade econômica, essa atividade econômica começa a te gerar dinheiro e tudo mais. E a outra cartilha que eu trouxe ali, são cartilhas que trazem diretamente para os nossos gestores as boas práticas, desde a questão de talude, a forma de você lidar com o jato, itens de segurança, entre outros, que são alguns critérios que começou a intensificar um pouco mais.

Por que o cooperativismo pode ser uma chave que fortalece cada vez mais e principalmente a pequena mineração, não apenas no Brasil, mas para todo mundo? É que o cooperativismo em menos de 11 anos está sendo pelo segundo ano consecutivo reconhecido pela ONU, aonde ele traz, no caso, diversos critérios. E o cooperativismo mineral, ele traz essa questão da recuperação das áreas degradadas, ele promove, no caso, uma distribuição de renda justa porque ele é composto pelos pequenos e esses pequenos são a população local, a capacitação de crianças e adolescentes, como eu mostrei alguns trabalhos, a eliminação do uso do Mercúrio, que é uma busca que a gente já vem há alguns anos buscando as universidades e tudo mais para a gente tentar fazer, a implantação da rastreabilidade, que vai estar diretamente ligada com o combate à lavagem de dinheiro, então vai trazer uma segurança a mais para nós, que somos o setor organizado, vai ser uma forma da gente se separar, separar o joio do trigo como alguns falam, né? Então a gente vai conseguir ser diferenciada de fato, a atividade da garimpeira é uma coisa, a extração ilegal é outra. As dezenas de ações sociais e ambientais que as nossas cooperativas promovem, temos regiões que a malária foi erradicada, graças a um trabalho de uma cooperativa nossa. No período de pandemia, dezenas das nossas cooperativas foi quem conseguiu às vezes antecipar compra de respiradores para a

população e ajudar de fato o setor da saúde, como foi o caso até mesmo na minha região.

A coexistência entre cooperativa e mineração. Esse é um outro ponto como a gente tem aqui o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Mineração, quantos conflitos históricos a gente teve na história do nosso país entre o grande e pequeno. Com a estruturação, o arranjo das cooperativas conseguiu promover esse alinhamento, onde as cooperativas trazem essa segurança jurídica. E onde tem um mineral industrial que interessa as mineradoras, elas estão conseguindo desenvolver os trabalhos de pesquisa, assim como tem os minerais que garimpáveis e elas estão indicando aos operados e as cooperativas para que possam estar atuando.

E aí fica nessa questão, a gente viu que tudo que as cooperativas vêm fazendo é justamente para poder atender não apenas uma questão de legislação, mas principalmente para atender a questão de mercado. Seria hipocrisia da nossa parte dizer que o objetivo principal nosso não é o ganho financeiro. Todo mundo está nas suas atividades e suas funções pelo ganho financeiro, as cooperativas também. As cooperativas elas são instituições sem fins lucrativos, mas elas têm que ter viabilidade econômica. E aí a gente atende todos esses critérios taxonomia, ODS, tudo que a gente coloca, vocês veem que a cooperativa consegue atender e suprir para que a gente possa trazer uma segurança jurídica para o mercado, que a gente possa trazer uma transparência da nossa produção e acima de tudo a gente possa no caso trazer um mercado justo e um mercado limpo e aí as cooperativas têm toda essa demanda, que a gente tem com esse painel, com esses eventos que temos que vocês reflitam o quanto pode às vezes nos suportar cada vez mais, assim como a ONU reconhece o cooperativismo como um arranjo de mercado que tem sido eficiente e tem sido forte.

A gente tem aí a resolução 208 e para o cooperativismo ela trouxe pontos bem impactantes, principalmente na questão das áreas que as cooperativas ocupam hoje. Do subsolo minerado menos de 4% e mesmo assim elas estão sendo impactadas com o tamanho das áreas. Tem pontos positivos na resolução 208? Tem sim, pontos excelentes, melhorou os nossos bens minerais para que gente tenha um aproveitamento mais justo desses bens minerais, promoveu melhor o relacionamento entre cooperativa e mineradora, podendo a PLG dar uma anuência para o alvará que precisa. Então, tem pontos positivos, mas que reflita referente a redução diária que é um dos gargalos que nos preocupa um pouco. Então assim, tem várias coisas que a gente pode trabalhar, na parte do diamante, a certificação, entre outros aí que estão no cooperativismo, que não vem o caso aqui, mas tudo isso a gente sempre está alinhado para poder a gente cumprir e atender o que a lei e o mercado exigem e desejam.

Como pilar da base, a gente vem tentando fazer o nosso dever de casa, atender tudo que está nos critérios. Ontem tivemos aqui as palestras de rastreabilidade, e aí vou pontuar uma situação que nos preocupa, a rastreabilidade vai, no caso, trazer a transparência da nossa produção. De fato, veio dessa área, essa área não teve transbordo de lavra, essa área não está no caso fazendo esquentamento, essa área passou por fulano, por ciclano e chegou até determinado lugar. E os canais vermelhos na Receita Federal, ela vai conseguir enxergar isso? Porque isso tem sido um problema para nós, porque

quando dá esses canais vermelhos isso onera o setor, e quando isso onera o setor, gera uma oportunidade para o mercado informal querer bater na porta de quem é legal e assediar com preços exorbitantes porque não recolhe imposto, porque faz toda a sonegação. Então, para nós que estamos no setor legal, é uma dificuldade muito grande. Então, na rastreabilidade é de fundamental importância que ela venha trazendo a segurança para que a Receita Federal, que o canal vermelho não venha a acontecer nesse tipo de produção e a gente possa ter algum sucesso nisso.

Marcelo Brunella Aziz Jorge – Diretor de Assuntos Jurídicos e Relações Governamentais, ANORO

Queremos apresentar aqui brevemente as nossas perspectivas sobre o mercado hoje. Como chegamos a esse cenário, como também podemos, não só falar dos problemas, mas avançar junto com o diálogo tanto com o setor público quanto com os demais membros do setor privado para a gente superar esse momento difícil que a gente vive hoje para um mercado tão estratégico como o nosso.

Falando brevemente do que a ANORO já contribuiu para nossa cadeia de suprimento, a gente vem participando desde os anos 80, quando participamos da Assembleia Nacional Constituinte, quando o Uruguai era o maior exportador de ouro da América Latina sem ter uma única jazida de ouro. E em cooperação com o Banco Central, tanto que na manifestação da procuradoria do Bacen, deixou claro esse cenário escandaloso, não se tinha absolutamente nenhum beneficiamento do ouro no Brasil. Em passo adiante com a integração plena desse setor no sistema de segurança nacional, passamos a adotar as regras de *compliance* seguindo o padrão internacional urgente na época para esse setor. Até que em 2017 a gente passou a bater na porta, mês a mês, ano a ano, na busca pela nota fiscal eletrônica do ouro. Até que em 2020 a Receita Federal finalmente criou o grupo de trabalho, junto com o Banco Central, a Receita Federal, a Polícia Federal e até mesmo a ANM, com isso conseguimos ter um estabelecimento, inclusive sobre a operacionalidade da nota fiscal eletrônica do ouro e até hoje mantemos o diálogo aberto com a Receita Federal para visar sempre o seu melhoramento para a gente ter cada vez mais clareza nas informações.

Participamos também de um convênio à época com o DNPM para fazer um levantamento sobre o cenário das permissões de lavras garimpeiras. Na época tivemos aproximadamente 70 mil PLGs solicitadas desde 1990 e até então só 4 mil haviam sido outorgados. A gente entende lá do setor financeiro que o fortalecimento da ANM enquanto agência reguladora é fundamental para a gente ter a moralização e principalmente o restabelecimento ético do setor. Ter uma agência reguladora forte, é fundamental para gente ter um novo mercado de ouro no Brasil, até porque o ouro não é só simplesmente um ativo, não é só um mineral que dá dinheiro, ele é principalmente um ativo extremamente estratégico e a ANM tem que ser o ponto focal disso. Segundo ainda esse levantamento, tínhamos 36 mil processos em análise e do qual aproximadamente 500 eram insuficientes para regularizar a região do Tapajós, que é o maior polo-aurífero hoje do Brasil.

Em 2018 denunciávamos, por meio de uma carta aberta, sobre o cenário das Irregularidades do Ouro às instituições públicas, por meio de uma carta aberta da qual chegou ao estado em que chegamos sobre o avanço das operações ilegais, sobre a questão das comerciais exportadoras que estavam passando por cima da legislação vigente. Em 2019, solicitamos um diagnóstico realista sobre a situação dos garimpeiros e tivemos entre 17 e 20 aproximadamente 52 audiências tratando sobre esse assunto, buscando justamente uma maior segurança jurídica e a construção de políticas públicas efetivas e estruturantes para o setor do ouro.

Em 2023, por orientação do nosso regulador, o Banco Central do Brasil, iniciamos o desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade de cada instituição financeira, no qual era validado e cada DTVM tinha que passar pela validação do Banco Central, e hoje nós seguimos avançando e esperamos que venha um sistema público de rastreabilidade como apresentado ontem tanto pela ANM quanto pela Casa da Moeda, para que assim a gente tenha um diálogo interagências integrado, para que a gente possa ter uma efetividade na transmissão de informações entre os agentes principais do setor.

O cenário mundial que dificulta ainda mais o nosso cenário é a desdolarização, a multipolaridade, o aumento da procura do ouro pelos principais bancos centrais do mundo, as mudanças da regulação de ouro pelos maiores compradores estatais tanto o estado americano quanto o estado chinês, o avanço dos conflitos internacionais, ontem estivemos perto de bater mais um recorde no fechamento das bolsas internacionais e onde nós entramos aqui no Brasil, a pressão dos países detentores dos minerais raros e estratégicos, com o avanço do capital estrangeiro e dificultando a produção do capital nacional.

No cenário do ouro brasileiro, da nossa perspectiva, com a medida cautelar e o avanço da declaração consular de Boa Fé, nós passamos para um cenário de insegurança jurídica na parte da comercialização, independente do mérito da decisão. Infelizmente, existe um conflito interpretativo entre autoridades reguladoras da parte de exportação, quanto também de alguns setores das autoridades policiais, em que se aplicam entendimentos técnicos que são difíceis para os setores, são muito custosos. Alguns entendem que na dúvida se deve dar o benefício para o réu e outros que na dúvida se deve dar o benefício para sociedade. E assim como também, como disse o Gilson, isso acaba gerando conflitos na hora da exportação.

O ouro advindo do garimpo é por natureza legal, ativo financeiro. É o único setor mineral do Brasil que é obrigado à industrialização pela sua própria natureza. Ele agrega capital no Brasil, agrega valor no país. Agrega não só capital financeiro, como também capital intelectual, desenvolvendo um parque industrial próprio e nacional, formando e mantendo mentes no país.

Então, com isso, cada vez que o ouro não se tem segurança na exportação ou segurança na comercialização do mercado interno, nós temos uma perda do valor desse ouro e a gente passa a ter uma crise na imagem para o nosso setor, tanto em ambiente doméstico, quanto também no ambiente internacional, porque fragiliza justamente essa cadeia de suprimento e acaba gerando também o avanço do mercado ilegal sobre

o mercado legal. Porque o mercado ilegal acaba oferecendo benefícios financeiros mais vantajosos do que o mercado legal, que é obrigada a recolher imposto de renda, cobrar ESG, cobrar PLD e todas as demais regulamentações necessárias do setor.

O combate à ilegalidade é fundamental, nós somos a sexta maior geografia do mundo e um dos maiores depósitos de ouro do mundo. Entretanto, precisamos tornar inviável economicamente a atividade ilegal. Só assim a gente vai conseguir, integrando o mercado interno para o ouro, aproveitando do nosso parque industrial, a gente precisa ter uma melhora do ambiente de negócio, principalmente com a nossa segurança jurídica, um regramento objetivo tanto da responsabilidade civil, administrativa e criminal de cada ponta da exploração. O pequeno minerador artesanal que produz informação falsa para vender ou se serve de uma fraude de documentação pública das autoridades brasileiras para vender para uma DTVM, precisa ser apenado, a DTVM que cometeu uma irregularidade, idem.

Então, o povo precisa ter a certeza do seu regramento e da sua punição. Infelizmente hoje, nós não temos essa certeza. Cada autoridade policial e cada autoridade aduaneira decide a sua própria forma sobre como interpretar esse vácuo normativo. Por mais que se tenham regras genéricas na comercialização e exportação, cada um vai se pedindo usando por arrima a decisão do Supremo do Tribunal Federal, que não tem essa extensão, sobre o que exigir e dificultando cada vez mais a segurança no mercado.

O ouro em qualquer lugar do mundo é fundamentado na confiança, a partir do momento que você quebra esse único elo do mercado formal, você empurra no setor relevante desse mercado a informalidade e a gente acaba caminhando por uma seita perigosa. Justamente por isso, foi a opção constitucional de 1988 em criar o Ouro Ativo-Financeiro. Então precisamos tomar cuidado para não ter o retrocesso, para voltar ao mesmo cenário em que os nossos minerais, a nossa riqueza não ficasse mais produzida no país e voltássemos à lógica colonialista, simplesmente de ser um mero exportador de *commodities*.

Nossas propostas é que o ouro ativo-financeiro, quando destinado à industrialização, em todas as suas aplicações, seja considerado reserva de valor e tem um tratamento diferenciado, justamente para auxiliar o desenvolvimento da indústria nacional e manter esse capital dentro do país, manter essa riqueza dentro do país, e para evitar o descaminho e as demais em estudo, a não exportação do ouro bruto, para termos o melhor controle da produção. Isso junto com as soluções de efetiva rastreabilidade pelas agências públicas, entendemos que pode ser um fator preponderante para transformar o Brasil de um mero exportador de ouro para ser um dos principais ramos de transformação industrial do ouro.

É justamente a dificuldade que o governo, tanto pelo presidente quanto o vice-presidente da República tem apontado pontualmente, além disso também uma força tarefa interagências do qual do nosso lado do setor privado nos colocamos a auxiliar plenamente para ter uma melhora do ambiente de negócio na estação mineral, para justamente evitar essas contradições de informação. Então, se for entes, como nós podemos trabalhar juntos? Como um setor produtivo, seja do nosso lado a

comercialização, seja do lado a exploração, seja do lado da transformação, podemos atuar em conjunto com o governo, tanto com administração direta e indireta, para dar mais segurança para esse setor.

E, por fim é importante lembrar que o ouro é mais do que um mineral estratégico. O ouro ao longo da história do Brasil sempre foi um ativo fiduciário da Sobrevivência Nacional, a atividade garimpeira foi quem ajudou a dilatar as fronteiras nacionais e hoje muda a realidade por meio da economia circular, por meio do cooperativismo e pode ser também o início de uma ponta de lança para desenvolver o país. Isso nós temos plena confiança e certeza e acreditamos que a gente pode sair daqui com uma boa esperança.

Écio Moraes – Presidente do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM)

Particularmente, inclusive agora até o Marcelo colocou esse tema, a importância de trabalharmos no sentido de uma maior integração entre os órgãos públicos, uma parceria do setor público e setor privado, mesmo entre as agências. Cumprindo inclusive até um preceito legal, o Art. 37 da Constituição Federal, que determina que todos os órgãos de governos são de diferentes esferas, trabalham com a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, eu incluíria a integração. A gente precisa fazer esse esforço, eu acho que esse fórum, ele vai muito nessa direção.

O IBGM é uma confederação do setor joalheiro, então a gente representa a cadeia produtiva da indústria joalheira no Brasil. Fazemos basicamente como a associação de classe empresarial faz, então, promovemos, temos atuação institucionalmente, fazendo interlocução com o governo, organizamos a maior feira de joias da América Latina, duas vezes por ano em São Paulo etc.

Aqui algumas estatísticas só para a gente ter uma dimensão da indústria joalheira. Uma ilustre desconhecida, uma coisa que espanta um pouquinho a gente e a gente vai ver o porquê isso. A indústria joalheira ainda não está envolvida plenamente nesse esforço nacional que deveria ser em busca de uma indústria da cadeia de produção do ouro mais sustentável. Nós estamos falando de uma indústria que fatura 6 bilhões por ano, 22 bilhões de reais no varejo, paga uma produção anual de ouro de 110 toneladas, a nossa indústria consome apenas 10 toneladas, ou seja, 10%.

A gente vai ver exemplos internacionais que chamam a atenção, países que não produzem, que tem uma produção irrisória de ouro e industrializam o ouro na sua indústria joalheira. Somos uma das maiores províncias gemológicas do planeta, o Brasil é uma potência mineral, particularmente nos minerais mais valiosos, ouro e gemas, a gente tem destaque internacional, sempre tivemos, ganhamos vários prêmios internacionais de *design* de joias e a nossa indústria, infelizmente, que já processou 25 toneladas de ouro por ano, caiu agora para 10 toneladas, a gente vai entender um pouquinho o porquê disso. São 150 mil empregos gerados, são 40 mil estabelecimentos

entre indústria, comércio e serviços. Aqui a gente começa a entender a importância da indústria joalheira.

O consumo da indústria joalheira do que se produz de ouro no mundo chega perto de 4 mil toneladas, a indústria demanda 2 mil, já chegou a demandar 70 % do ouro primário produzido no mundo. Ou seja, nós temos todo o interesse e a legitimidade de participar desse debate da transparência da cadeia de produção de ouro. Com exceção do mercado de investimento, a indústria joalheira se destaca plenamente na demanda de ouro.

E aí nós temos uma sequência de problemas que a indústria joalheira enfrenta no Brasil. Primeiro deles, a grande mineração não tem interesse praticamente de operar no mercado interno, basicamente por dois motivos, o problema de natureza tributária, exportar é muito mais fácil. E outro problema de logística, a grande mineração tem poucos clientes internacionais, coloca no helicóptero, vai refinar lá fora e se fosse vender no mercado inteiro, ele ia refinar aqui, vender uma barrinha de 1kg, 2kg etc.

Então aonde que a indústria joalheira vai se abastecer? Na mineração de pequena escala e de média escala que está enfrentando toda essa problemática que a gente está discutindo aqui hoje. Então essas 10 toneladas que o setor adquire, basicamente ele adquire das DTVMs. Aquele que está no regime simplificado de tributação transforma isso em mercadoria e vende a joia. Percebam o nível de instabilidade que o setor vive, se uma empresa do regime simplificado resolve comprar ouro mercadoria por exemplo para aproveitar dos créditos tributários, se ele tiver um simples ele não pode aproveitar o crédito. Não vou entrar nessas tecnicidades, mas é um problema sério que o ramo enfrenta.

Aquilo que foi uma solução para o mercado financeiro, que até em 1988 o ouro era tributado pelo Imposto Único sobre Minerais e na Constituição de 88 a gente criou a dualidade tributária, o ouro ativo-financeiro e o ouro mercadoria, foi uma solução para o mercado financeiro, mas criou uma instabilidade muito grande na origem para a indústria joalheira. Vai ser resolvido agora com a reforma tributária, mas é um assunto que gostaríamos de trazer para os senhores que gerou outro problema.

Então hoje devido à crise, existe um risco concreto de constrangimento na oferta legal do metal no auge da crise quando tivemos lá o problema dos Yanomamis, diferentes problemas com as DTVMs, nós ficamos com uma DTVM atendendo o mercado joalheiro e naquele momento poderia haver um constrangimento, não ter acesso ao ouro. Então uma indústria que gera 50 mil empregos, exporta 50 milhões de dólares, é um patrimônio, porém tem o risco de ter um constrangimento de oferta de metal.

E pior que isso, a imagem do setor lá fora era a pior possível, porque quando a gente participa muito projetos de exportação, e o cliente internacional chegava com os empresários perguntando o que estava acontecendo com o Brasil, esses problemas no território indígena, ilegalidade, crime organizado, onde nós compramos o ouro. Então é um constrangimento não só difícil de oferta, mas um risco reputacional menor. No auge da crise algumas artistas da Globo saíram na televisão e falaram “vamos parar de

comprar joia”, porque a joia que é o destino final do ouro. A gente sabe que na verdade, a gente consome 10 % da produção nacional, mas é a narrativa.

Então isso gerou uma preocupação enorme do setor joalheiro, e a gente começou a se envolver mais, procurar entender mais a problemática da origem do ouro. Nós temos aqui parceiros, tivemos com a Casa da Moeda, mesmo no Ministério de Minas-Energia, várias reuniões, instituto de escolhas, COAF e estamos fazendo um esforço de juntar as pontas, eu acho que esse é o grande papel da IBGM, é tentar juntar as pontas e ver como que o elo no final da cadeia pode contribuir para um mercado mais sustentável e mais rastreável e temos feito isso nos últimos três anos e é o que nós vamos mostrar aqui em seguida.

Então, o setor joalheiro demanda mais de 50% do ouro primário no mundo e, portanto, tem interesse em fluir nesse debate. Ela tem um efeito multiplicador, inclusive eu fiquei muito feliz de ver uma entrevista do doutor Mauro no *Valor Econômico*, quando ele fala, inclusive, da importância de se agregar valor ao bem mineral produzido no país. É um desafio tremendo e é um desafio de todos nós. E a indústria joalheira é onde se dá o efeito multiplicador, onde se gera emprego, onde se gera divisas internacionais, onde se vende a imagem do Brasil com *design* brasileiro, o Brasil tem um caldo de cultura excepcional para a indústria joalheira e podemos contribuir para a rastreabilidade do bem, tendo em vista que nós estamos lá na conta final.

Somos um setor regulado, como a representante do COAF colocou aqui, então nós temos uma obrigação, até pela lei de 9.613, de prevenir o problema da lavagem de dinheiro e fazer uma abordagem de risco. *Know your client, know your supplier*, conheça o seu fornecedor, nós precisamos conhecer o nosso fornecedor, quem está fornecendo esse ouro, em que condições esse ouro tem chegado para a Indústria Joalheira. Nós temos todo interesse nesse trabalho.

E o que nós temos feito então? Aqui não é uma crítica, é constatação, até como cidadão brasileiro, e volto a colocar, se eu fosse resumir esse fórum aqui em duas palavras seria eficiência e integração. A importância da gente trabalhar de forma integrada. Setor privado, setor público, dos diferentes órgãos do setor público. A gente representa também o segmento de Gemas, e eu costumo dizer que existe uma desconfiança latente hoje entre setor público e privado, nós precisamos romper isso. A pesquisa desenvolvida pela USP demonstra mais de 60% dos garimpeiros quando você pergunta pra eles qual é o principal quesito para o avanço do setor a resposta é a legalização. Todo mundo quer trabalhar legal, não podemos partir do pressuposto que não queremos trabalhar legal, nós precisamos partir do pressuposto inverso, existe uma predisposição do setor privado trabalhar de forma correta.

Então, o que nós temos feito? A baixada cuiabana, é um dos polos de produção de ouro no Brasil, sempre foi uma parceira nossa. E agora nós avançamos, e vai ser lançado hoje ou amanhã. Amanhã nós vamos assinar seis termos de cooperação com seis mineradoras de pequena e média escala na baixada cuiabana, essas mineradoras não utilizam Mercúrio e se comprometeram com o IBGM de implementar modelos de rastreabilidade e o IBGM se compromete de desenvolver, buscar fontes de

financiamento para a indústria adquirir esse ouro, proveniente da baixada cuiabana, eles conseguem atender em grande medida a demanda da indústria joalheira no Brasil hoje e estamos conversando com algumas instituições financeiras, então nós estamos muito otimistas com esse projeto.

E qual é o compromisso que nós temos com essas empresas? A colaboração institucional para a promoção da mineração de ouro sem mercúrio, ou seja, não só eles, mas a gente promover isso no entorno, a gente tem cerca de 30 operações na baixada cuiabana, mas a ideia é expandir isso para todos os demais. Instituir mecanismo de rastreabilidade e certificação, estimular a agregação de valor e a aquisição do ouro pela indústria joalheira, estímulo financeiro (bonificação). O que é essa bonificação? É o que ontem o professor Giorgio colocou, nós precisamos de fato criar algum estímulo adicional para o produtor que faz as coisas direitinho e bonitinho, e a indústria joalheira está disposta a pagar um custo sobre o valor de bolsa para ter o ouro transparente, rastreado e com procedência.

A articulação com organismos governamentais para o banimento do mercúrio, que é mais ou menos o que a gente tem procurado fazer com diferentes órgãos de governo, acho que esse é o grande papel do IBGM, juntar as pontas, juntar esses plenos, juntar os atores desse mercado em busca desse esforço. Articular junto as universidades para o desenvolvimento de tecnologia de rastreabilidade, a exemplo do *Responsible Gold Platform*, que é da USP, que é um parceiro nosso, já nesses três, quatro anos que a gente tem feito esse esforço, o professor Giorgio está sempre aqui junto com a gente. Colocamos à disposição do mercado para discutir qual que é a melhor forma de fazermos isso. Então a baixada cuiabana é uma das maiores províncias de produção de ouro, é uma região mais fácil de monitorar.

Moderador – Dione Macedo, Geologia Responsável

O panorama da mineração artesanal em pequena escala de ouro no Brasil, ele foi encerrado em julho, final de julho, e foi uma parceria com a NAP Mineração, com a Fundação, o recurso foi do GF, e eu fiquei muito feliz de ver que como consultora de ver que todas as propostas que vocês fizeram nas apresentações, estão no nosso panorama, né? E que a gente conseguiu detectar realmente vários gargalos que vocês estão apresentando, né? E a extrema importância desse fórum para isso. Eu gostaria de fazer uma pergunta para cada um para a gente encerrar aqui o nosso programa. Eu vou começar pelo Gilson.

Eu sei que você colocou suas propostas, ok? Eu queria que você pontuasse, Gilson, diante da importância do cooperativismo que a gente está sempre batendo nessa tecla, que é a solução para a mineração artesanal em pequena escala na minha visão e na visão do projeto, é o cooperativismo. Então eu queria saber de você, como você pontuaria medidas mais urgentes, algumas medidas mais urgentes para você ver como as cooperativas participariam de uma forma mais efetiva, mais competitiva e mais justa nessa cadeia de valor do ouro.



Gilson Camboim - Organização das Cooperativas do Brasil

É uma pergunta que é necessária porque como eu falei a questão de um canal vermelho, a gente se esforça de todo quanto é lado para poder tentar no caso cumprir o que o mercado exige, isso tem custo, tem um diferencial muito grande para nós que estamos na busca de sempre estar acertando. E aí esse é um dos pontos, esse gargalo que o Écio colocou bem a questão dos órgãos poder falar, órgãos poder se comunicar. Se a gente tem uma rastreabilidade de forma pública, a Casa da moeda apresentou ontem, chegou com essa rastreabilidade lá, de fato eu vou ser atendido com o canal verde.

Um outro ponto que a gente vê muito é assim, quem faz o certo se expõe, no nosso caso a gente que tem lá o título minerário, tem a licença ambiental, parece que é mais fácil de punir a gente, fica mais fácil de pegar, de ver essa situação. E a gente vê tanto extração ilegal, a gente vê tantos problemas, acontecendo, às vezes ao lado, às vezes nas proximidades, e a poluição quando chega parece que é até mais branda. Então assim em uma luta constante, eu falo isso porque eu estou há mais de 20 anos no setor. Então essa falta de comunicação entre os órgãos e a punição em cima mais intensa em cima da gente porque pesa um pouco mais no contexto, a gente tem que trabalhar junto essa punição em cima da extração ilegal, em cima desses problemas dessas mazelas ambientais.

E um terceiro ponto que eu vou colocar também é a falta de incentivos. Há um tempo saiu um edital e as cooperativas não puderam participar porque elas são instituições sem fins lucrativos. A gente não é instituição, a gente é instituição sem fins lucrativos, mas a gente tem viabilidade econômica, a gente cumpre. Então tudo o que vocês hoje viram dentro do setor, ele cresceu por conta própria, ele cresceu de recurso próprio. Por mais que o pessoal fale assim que eu mexo com ouro e todo mundo tem aquela percepção que se você mexe com ouro que a sua margem de lucro parece que ela exorbitante, não é, e por isso que muitas vezes cai na tentação de vender para o mercado negro, porque às vezes dá cinco, dez reais de diferença por grama e quando você vai no montante, no fechamento de conta, no curso operacional e tudo mais, isso faz uma diferença muito grande. A falta de incentivo, a questão que foi muito bem colocada, um prêmio para quem faz o certo, isso faz uma diferença muito grande.

Então esses são os gargalos que a gente enfrenta hoje. Primeiramente a falta de interlocução entre os órgãos que estão agindo, fiscalizando, regulando e os órgãos que estão agindo e incentivando. Essa falta de comunicação prejudica muita gente. A gente precisa estar mais junto. O Ministério de Minas e energia uma época tinha uma mesa redonda onde se sentava a ANM, sentava o Ministério de Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa, sentava vários ministérios nesse Conselho ali e falta o que eu já vim apresentar nesse conselho nesse sentido, falta de comunicação entre os órgãos, falta de incentivo para o setor poder avançar, poder melhorar, aprimorar a tecnologia. No ponto um pouco diferente do resto da questão de que pensar em garimpo é só bater, não, assim como a agricultura não é só acertar com a enxada. O setor da mineração, mesmo que de pequena escala, ela está se aprimorando, ela tem necessidade de equipamentos, de tecnologia, de aprimoramento e aproveitamento racional dos bens minerais, como é o caso da visão da agência, já que você está tirando



ali o ouro, movimentou o solo, movimentou determinados bens minerais esse aproveitamento, e esse gargalo também do mercado, a gente tem fluidez no nosso produto porque o ouro é como se fosse uma moeda, todo dia o preço oscila, uma semana que ele ficar parado em um canal ele prejudicou completamente às vezes todo o planejamento.

Moderador – Dione Macedo, Geologia Responsável

Marcelo, a gente viu que a comercialização do ouro ela gera muitas críticas, né? Ela sofreu muitas críticas com relação à transparência, à fidelidade, entre outros. Na sua visão você poderia pontuar alguns pontos jurídicos que você acha que são fundamentais assim para pelo menos sanar parte disso.

Marcelo Brunella Aziz Jorge – Diretor de Pesquisa, Instituto Escolhas

Em complemento ao que o Gilson disse, a gente passou por uma verdadeira campanha difamatória do ouro brasileiro no mercado internacional. A gente percebeu que muitas vezes compradores internacionais novos preferem comprar ouro de áreas de conflito do que comprar o ouro brasileiro, porque tem a certeza de que o ouro da área de conflito vai ser entregue. E o brasileiro fica muitas vezes parado 50, 60, 90, 100 dias na Receita Federal pedindo muitas vezes documentos que não estão previstos na regulação específica.

A nossa dificuldade hoje é a falta do regramento jurídico específico e do diálogo de interações para a fiabilidade dessas informações. Muitas vezes pela diversidade das fontes de informação, nós mesmos ficamos em dúvida onde consultar, onde ter a certeza daquela informação. A fonte mais viável sempre é da Agência Nacional de Mineração, mas a gente sempre tem que investir capital próprio para buscar outros bancos de dados privados para fazer toda a questão de PLD, uma regulação mais objetiva, mais certa para o nosso setor, eu acredito que seria fundamental. Um, porque daria confiança no nosso processamento, na comercialização desse mineral e outra que também daria segurança jurídica e também para o próprio agente público que está no ultra ponto, que tem o dever de fiscalizar e muitas vezes não sabe o que especificamente fiscalizar. Essa é a nossa percepção.

Moderador – Dione Macedo, Geologia Responsável

Écio na sua percepção também, você já colocou ali alguns pontos básicos, fundamentais. O que você acha que poderia ser feito para desenvolver mais essa questão do setor joalheiro para contribuir com o desenvolvimento local inclusive, a gente não tem uma cadeia específica viável para o setor joalheiro.

Écio Moraes – Presidente do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM)

Antes de responder, gostaria de colocar para o Gilson, o nosso entendimento é que a cooperativa é o central nesse esforço fundamental. Sou cem por cento favorável de fortalecer, dar mais autoridade, dar mais autonomia para a cooperativa. Ela é fundamental nesse contexto. Eu acho que tem que diferenciar só quando a gente fala, porque tudo está misturado hoje, a mineração em pequena escala, PLGs e o sujeito ele tem uma média de mineração, então o tratamento pode ser igual.

Com relação à indústria joalheira, a abordagem tem que ser holística. Não existe uma questão apenas, eu gostaria de ressaltar, eu acho que a prioridade absoluta nesse momento é a integração entre os órgãos para dar mais consequência a esse ponto que nós estamos conversando aqui. A ANM não tem acesso a nota fiscal que ela desenhou, a receita não conversa com a ANM, né?

Então, o setor joalheiro, por exemplo, nós estamos numa luta para não ser penalizado pelo IPI, isso pra gente é absolutamente fundamental. Se nós formos penalizados pelo IPI no contexto da reforma tributária, o nosso IPI é 12%, a pressão sobre a informalidade vai ser enorme. A nossa contribuição para mais transparência na cadeia de produção de ouro vai ficar comprometido. E o nosso entendimento é que as ações têm que ser articuladas, o fortalecimento das cooperativas, revisão do marco legal, repressão, porém, a repressão somente é condição necessária, mas longe de ser suficiente. Então, nós tivemos uma repressão muito mais intensa nesse governo, e o mercado deu uma regularizada etc., mas em que medida? A gente tem clareza que grande parte da produção de mineração em pequena escala de ouro no Brasil está indo para Venezuela, está indo para o Peru, está indo para o crime organizado, então as ações têm que ser articuladas no governo, na polícia federal, receita federal e IBAMA.

Para vocês terem uma ideia aqui gente, nós tomamos um esforço para a indústria joalheira está mais envolvida na rastreabilidade mineral. E nós tivemos reunidos com órgãos de governo, e que nos foi alertado, que o mercúrio é um caso seríssimo, que de fato é, na mineração em pequena escala hoje. Aí nós tivemos uma reunião com a Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), e eu falei então a indústria joalheira vai querer ajudar, vamos nos reunir com a Abiquim, e eu perguntei quem que importa mercúrio no Brasil? Vocês podem nos indicar uma empresa para importar um lote de mercúrio e que consiga cumprir a instrução normativo do Ibama no rastreio de mercúrio? Tivemos a reunião com eles e eles nos trouxeram dados. A importação de mercúrio no Brasil no ano passado e no ano retrasado foi 12 toneladas, uma empresa, foi tudo Japão. Eles não conseguem identificar para onde foi esse mercúrio. Então aquilo que gente não falar aqui, como boa parte do meu mercúrio utilizado na mineração em pequena escala é ilegal, provavelmente é mesmo.

Qual dificuldade do governo de se envolver nessa história e a gente identificar uma empresa, ter um comprometimento da empresa, assim, você vai importar, a gente vai estar junto com você, ombro a ombro, você não vai ser penalizado se acontecer alguma coisa. Então nós vamos nos desarmar, nós precisamos ter um esforço concentrado e



Fórum Brasileiro pelo Ouro Responsável

BRAZILIAN FORUM ON RESPONSIBLE GOLD

reconhecer o problema, o problema é gravíssimo. Eu tive uma reunião com o Ministério da Justiça e falei com secretário que nós precisamos de ajuda, de um ponto focal que nos ajude, e ele me disse que o ponto focal é o Ministério de Minas e Energia. Mas a gente percebe que as coisas não se conversam muito, então acho que se tivesse duas questões, integração e eficiência. E o setor joalheiro está aí para ajudar.